

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

ATA N.º 30/2012

DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DO DIA DEZANOVE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DOZE

(Contém 27 folhas)

MEMBROS PRESENTES:

PRESIDENTE **Sofia Machado do Couto Gonçalves**-----
VEREADOR **Hugo Louro da Rosa** -----
VEREADOR **António da Silva Gomes** -----
VEREADOR **Anselmo José da Rocha Barcelos** -----
VEREADOR **Hugo da Silva Ourique Lourenço** -----
VEREADOR **Fernando Francisco de Paiva Dias** -----
VEREADOR **Alonso Teixeira Miguel** -----

MEMBROS AUSENTES:

PRESIDENTE -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----
VEREADORA -----
VEREADOR -----
VEREADOR -----

No dia 19 de novembro de 2012 realizou-se, no edifício da Junta de Freguesia da Terra-Chã, a reunião ordinária pública da Câmara Municipal.-----

Pelas vinte horas e trinta minutos, a Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião.-----

A Presidente começou por agradecer o facto da Junta de Freguesia da Terra-Chã ter acedido à realização da reunião pública da Câmara Municipal nas suas instalações. Seguidamente informou os presentes que, ao contrário do que é habitual nas reuniões de Câmara, o período da Pré Ordem do Dia decorreria, naquele dia, após o Período da Ordem do Dia, porque só desta forma o Vereador Hugo Rosa poderia assumir as suas funções e participar na reunião de Câmara Municipal desde o início.-----

Assim sendo, deu-se início ao Período da Ordem do Dia.-----

Período da Ordem do Dia

A Presidente da Câmara começou por responder aos pedidos de esclarecimentos efetuados em anteriores reuniões de Câmara, referindo que em relação aos valores pendentes referentes às transferências do Imposto Sobre Pessoas Singulares (IRS), são 866.808,00 euros, referentes ao período de março a dezembro de 2009 e de 91. 880,00 euros relativos a dezembro de 2010. -----

O Vereador Fernando Dias questionou se os valores de 2012 estão a ser pagos. A Presidente respondeu afirmativamente. O Vereador Fernando Dias perguntou se, tendo em conta a decisão do Tribunal Supremo Administrativo que vai no sentido de os municípios não serem reembolsados, se não há mais nenhum desenvolvimento sobre essa matéria. A Presidente disse que por enquanto não existe mais nenhuma informação.-----

A Presidente deu conta que a 9 de novembro decorreu na Golegã a Feira Internacional do Cavalo Lusitano e a Mostra do Pónei da Terceira, em que a Câmara Municipal da Golegã voltou a sugerir que seja efetuada uma geminação com Angra do Heroísmo,

tendo em conta que decorre um trabalho de reabilitação do pónei da Terceira que está a ser efetuado pela Universidade dos Açores. Deu conta que de 20 a 28 de novembro ia deslocar-se aos Estados Unidos para participar na promoção das Sanjoaninas 2013 e que, tal como já tinha referido, as passagens para a comitiva foram oferecidas, os alojamentos serão em casas particulares e que foram organizadas festas tendo em vista a angariação de fundos para a comissão de festas. A Presidente referiu, ainda, que existe já um grupo grande de pessoas que se estão a mobilizar para se deslocarem à Terceira por altura das Sanjoaninas 2013, o que poderá constituir uma boa injeção de capital por altura das festas. A Presidente acrescentou que a 9 de novembro decorreram as comemorações do 150º aniversário do Seminário Episcopal de Angra do Heroísmo, a 14 de novembro a conferência de imprensa de apresentação do congresso “Be Bold”, a 16 de novembro a sessão de abertura das IV Jornadas de Reflexão da Animação Turística, no mesmo dia, a entrega dos prémios da campanha das touradas promovida pelos Serviços Municipalizados, a 17 de novembro a inauguração do espaço R3 na Praia da Vitória, a 19 de novembro (hoje), a apresentação de cumprimentos do comandante general José Manuel Cardoso Lourenço nos Paços do Concelho e, também hoje, a apresentação de cumprimentos do Embaixador da Polónia em Lisboa no Paços do Concelho, que considerou particularmente interessante e que vem na sequência de contatos desenvolvidos pela Culturangra há dois anos em que a anterior embaixadora também se deslocou a Angra do Heroísmo.-----

Quanto aos destaques de cultura, a Presidente fez referência à programação de cinema do Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo até ao final do mês de novembro. Destacou, ainda, a realização, a 24 de novembro, no Teatro Angrense do espetáculo de dança “Correr o Fado” do Quórum Ballet, a 2 de dezembro o espetáculo musical “Xana Toc Toc”, também no Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, tendo referido que o mesmo não estava previsto e que não implica o pagamento de cachet, mas apenas a divisão das despesas de deslocação e da receita de bilheteira. Acrescentou que a 23 de novembro terá lugar a abertura da iluminação de Natal da cidade e a inauguração da exposição de presépios na Câmara Municipal dos centros de convívio que estará patente até 6 de janeiro. Deu também conta que está agendada para 23 de novembro a inauguração da exposição de fotografia “Eu” de Fernando Noronha e, a 1 de dezembro, no Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, a Conferência Internacional de Empreendedorismo Açores 2012.-

A Presidente passou de seguida à aprovação das atas das reuniões de Câmara. A ata nº 26 foi aprovada com cinco votos favoráveis, uma abstenção do Partido Social Democrata (PSD) e outra do Partido Socialista (PS). A ata nº 27 foi aprovada com três votos favoráveis, duas abstenções do Partido Social Democrata (PSD), uma do Partido Socialista (PS) e uma do Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP). -----

DELIBERAÇÕES AUTORIZAÇÕES E LICENCIAMENTOS

Suspensão de mandato do Vice-presidente e demais comunicações

Ent.1671 - Comunicação datada de 13 de novembro de 2012, de José Élio Valadão Ventura, solicitando a suspensão do mandato pelo período de 6 meses, com efeitos e a partir de 19 de novembro, inclusive, para efeitos de apreciação pelo órgão executivo, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. – **A Câmara Municipal apreciou este assunto.**-----

Ent.1673 - Comunicação datada de 13 de novembro de 2012, de José Élio Valadão Ventura, informando que se encontra impossibilitado de exercer o cargo de Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, com efeitos e a partir de 19 de novembro, inclusive. Para conhecimento do órgão executivo. - **A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

O Vereador Fernando Dias questionou a razão da suspensão do mandato ser pelo período de seis meses, acrescentando que o que está previsto na lei para esse tipo de situações nada tem a ver com o exercício de cargos em outras instituições. Referiu que a suspensão de mandato está prevista para situações de doença, direito de maternidade e afastamento temporário, embora a legislação refira, antes de enumerar os casos em que se aplica, a palavra “designadamente”. O Vereador Fernando Dias frisou que ao longo do presente mandato a composição do órgão executivo tem sofrido alterações e que a última ocorreu há menos de um ano. Referiu que o Vereador José Élio Ventura assumiu funções em dezembro de 2011 e que, menos de um ano depois, pediu a suspensão do mandato. Disse, ainda, que as alterações na vereação do Partido Socialista (PS) têm trazido alguma instabilidade ao executivo camarário e que é contra os interesses dos angrenses, porque há sempre a necessidade de haver um tempo de

aprendizagem e que a alteração agora proposta vai obrigar a que isso volte a acontecer de novo. Disse ainda que se está também, de certa forma, perante uma quebra de compromissos sobre o que estava decidido em relação a determinados investimentos. Lembrou que com o anterior executivo camarário do Partido Socialista (PS) houve compromissos referentes a determinados investimentos que com a mudança de pessoas ficaram numa situação diferente. O Vereador Fernando Dias afirmou que a alteração de pessoas não ia acabar no ponto em discussão, pois até ao final do próximo mês de fevereiro será necessário alterar a composição dos Serviços Municipalizados, por inerência da lei. Nesse sentido, defendeu que se deveria ter avançado nesta altura com as alterações no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados que terão que ser implementadas dentro de pouco tempo.-----

A Presidente disse que a suspensão por seis meses e não a renúncia do mandato foi uma opção tomada pelo Vereador José Élio Ventura, embora não esteja a ser equacionada a possibilidade dele voltar a assumir funções. Quanto à instabilidade no executivo camarário, a Presidente referiu que entende as questões que foram abordadas e que é natural que as mesmas surjam porque há um ano houve alterações de elementos. Não obstante referiu que a rotatividade de pessoas nas autarquias e no governo é uma situação frequente. Frisou que as eleições autárquicas e regionais não são coincidentes o que faz com que esse tipo de alterações aconteçam e que as pessoas vão circulando. Garantiu que a situação em causa não era esperada e só quando foi conhecida a composição do novo Governo Regional é que a questão se colocou. Perante o convite que foi formulado ao Vereador José Élio Ventura para assumir funções na estrutura do Governo Regional, a Presidente referiu que o mesmo tem o direito de aceitar, tendo em conta que se trata de uma área onde já tem experiência e conhecimento. Ressalvou que a decisão teve em conta o facto de o Vereador Hugo Rosa ter aceite assumir essas responsabilidades no executivo camarário, embora com as devidas adaptações no que se refere à distribuição de competências.-----

Quanto à situação dos Serviços Municipalizados, a Presidente considerou que a opção podia ter sido proceder desde já às alterações previstas na lei, mas como o futuro Conselho de Administração vai ter que ser constituído na totalidade por elementos da Câmara Municipal há a necessidade de debater o assunto e que até agora não houve possibilidade disso acontecer. Revelou que o objetivo é que as alterações do Conselho

de Administração dos Serviços Municipalizados ocorram na mesma altura em que será também mudada a orgânica.-----

O Vereador Fernando Dias solicitou que lhe fosse entregue documentação com as competências que serão delegadas ao Vereador Hugo Rosa. A Presidente respondeu que essa informação seria remetida no dia seguinte por correio eletrónico.-----

O Vereador Alonso Miguel considerou lamentável que a um ano de eleições existam alterações no executivo camarário, o que significa que quando o Vereador Hugo Rosa estiver na plenitude das suas funções o mandato estará no fim.-----

O Vereador Anselmo Barcelos, depois de desejar felicidades ao Vereador Hugo Rosa para o exercício das suas novas funções, referiu que ele vai estar numa situação difícil dando como exemplo o caso do Vereador José Élio Ventura que quando estava a gostar do trabalho que estava a desenvolver nos Serviços Municipalizados acabou por ir-se embora. Adiantou que não estava com isso a colocar em causa as capacidades do Vereador Hugo Rosa mas que era necessário ter em conta que faltam dez meses para o fim do mandato e nessa altura certamente ainda não irá conhecer todos os funcionários.

A Presidente alertou para o facto de ser ela própria a assumir as funções do Vereador José Élio Ventura nos Serviços Municipalizados e não o Vereador Hugo Rosa. -----

O Vereador Anselmo Barcelos referiu que o Vereador José Élio Ventura deixa a Câmara sem conhecer todos os funcionários. A Presidente disse que já exerce funções na Câmara há dez anos e não conhece todos funcionários. O Vereador Anselmo Barcelos disse não entender como se pode estar à frente de um organismo sem conhecer os funcionários. A Presidente ressaltou que são 500 funcionários e que às vezes há alguns com quem não se tem um contato muito próximo. O Vereador Anselmo Barcelos insistiu que é fundamental conhecer todos os funcionários. A Presidente assegurou que faz um grande esforço para contactar diretamente com os funcionários, deslocando-se aos diferentes serviços mas confessou que não os conhece todos, até porque alguns não estão muito próximos ou trabalham por turnos. O Vereador Anselmo Barcelos recordou que esteve 10 meses no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados e que falou com todos funcionários. A Presidente disse que não falou com todos quando

exerceu funções durante um ano nos Serviços Municipalizados. Recordou que será agora necessário reforçar o Conselho de Administração e que tal terá que ser efetuado apenas com elementos da Câmara por força da lei.-----

O Vereador Fernando Dias considerou que nos casos em apreciação não se trata apenas de opções individuais mas sim de uma opção partidária que determina que a pessoa que está em determinado cargo tem que ir ocupar outro. Sendo assim, referiu que não se trata de uma opção pessoal mas de uma opção política do próprio partido sobre qual o destino das pessoas que foram eleitas. -----

Ressalvando a sua qualidade de candidata independente, ou seja, sem filiação partidária, a Presidente referiu que no caso em concreto o partido permitiu que houvesse opção quanto à escolha, mas que a decisão foi do Vereador José Élio Ventura por ser uma mais-valia passar a integrar uma secretaria regional tão grande como a dos Recursos Naturais. O Vereador Anselmo Barcelos adiantou que se o partido entende que o Vereador José Élio Ventura estava a fazer um bom trabalho deveria ter permitido que ele continuasse em funções mais um ano. A Presidente disse que sendo assim o que estavam a sugerir é que ele deveria ser obrigado a ficar no cargo. O Vereador Anselmo Barcelos respondeu que sim. -----

A Presidente prosseguiu referindo que no dia seguinte vai disponibilizar a informação pormenorizada sobre a delegação de competências do Vereador Hugo Rosa, não obstante, adiantou que após conversa entre ambos, tinha ficado assente que os Serviços Municipalizados e as Oficinas ficam a cargo da própria, enquanto o Vereador Hugo Rosa irá ficar com competências que estavam sob a alçada da Presidente como o licenciamento de obras particulares, taxas e licenças, recursos humanos, áreas que exigem conhecimento da legislação. A Presidente afirmou que o facto de já ter exercido funções da presidente dos Serviços Municipalizados durante um ano fez com que tivesse assumido essa área.-----

Ent.1675 - Comunicação datada de 13 de novembro de 2012, de José Élio Valadão Ventura, informando que se encontra impossibilitado de exercer o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Teramb, EEM, com efeitos e a partir de 19 de novembro, inclusive. Para conhecimento do órgão executivo. - **A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

Ent.1677 - Comunicação datada de 13 de novembro de 2012, de José Élio Valadão Ventura, informando que se encontra impossibilitado de exercer o cargo de representante da Autarquia na GRATER, com efeitos e a partir de 19 de novembro, inclusive. Para conhecimento do órgão executivo. - **A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

Ent.1676 - Comunicação datada de 13 de novembro de 2012, de José Élio Valadão Ventura, informando que se encontra impossibilitado de exercer o cargo de representante da Autarquia Assembleia Intermunicipal da AMRAA, com efeitos e a partir de 19 de novembro, inclusive. Para conhecimento do órgão executivo. - **A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

Comunicação de recusa – Fátima Amorim

Ent. 6140 – Comunicação datada de 14 de novembro de 2012, de Fátima da Conceição Lobão Santos Silveira Amorim informando da sua impossibilidade de ocupar a vaga ocorrida no seguimento da suspensão de mandato, apresentada por José Élio Ventura. Para conhecimento do órgão executivo. - **A Câmara Municipal tomou conhecimento.**--

De seguida procedeu-se à verificação da identidade e legitimidade de Hugo Louro da Rosa, após o que o mesmo foi considerado empossado das funções de vereador a tempo inteiro.-----

Nomeação de representante na GRATER

Ent. 1678 - Proposta da Presidente da Câmara Municipal, datada de 14 de novembro para nomeação do representante da Autarquia na GRATER, para deliberação do órgão executivo. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 2 votos a favor da Presidente e do Vereador do PS (Partido Socialista) António Gomes e 5 abstenções dos Vereadores do PSD (Partido Social Democrata), do Vereador do (CDS/PP) Centro Democrático Social/Partido Popular e do Vereador do PS (Partido Socialista) Hugo Rosa, deliberou designar o Vereador Hugo Louro Rosa para representante da Autarquia na GRATER.**-----

Nomeação de representante na Assembleia Intermunicipal da AMRAA

Ent. 1679 - Proposta da Presidente da Câmara Municipal, datada de 14 de novembro para nomeação do representante da Autarquia na Assembleia Intermunicipal da AMRAA, para deliberação do órgão executivo. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 2 votos a favor da Presidente e do Vereador do PS (Partido Socialista) António Gomes e 5 abstenções dos Vereadores do PSD (Partido Social Democrata), do Vereador do CDS-PP (Centro Democrático Social/Partido Popular), e do Vereador do PS (Partido Socialista) Hugo Rosa, deliberou designar o Vereador Hugo Louro Rosa para representante da Autarquia na AMRAA.**-----

Nomeação do Presidente e vogal substituto do Conselho de Administração dos SMAH

Ent. 1681 - Proposta da Presidente da Câmara Municipal, datada de 14 de novembro para nomeação do Presidente do Conselho de Administração e vogal substituto dos serviços Municipalizados, para deliberação do órgão executivo. - **A Câmara Municipal, com 1 voto a favor do Vereador do PS (Partido Socialista) António Gomes e 6 abstenções da Presidente, do Vereador do PS (Partido Socialista) Hugo Rosa, dos Vereadores do PSD (Partido Social Democrata) e do Vereador do CDS-PP (Centro Democrático Social/Partido Popular), aprovou o seguinte:**-----

**Presidente do Conselho de Administração – a presidente da Câmara Municipal; ----
Vogais Substitutos – Vereador Hugo Louro Rosa substituirá a presidente nas suas faltas ou impedimentos.**-----

A presente proposta em nada implicará com a anterior nomeação para o mesmo Conselho de Administração, mantendo-se por isso, em funções os vogais efetivos: Eng. José Luís dos Santos Bretão e Eng. Paulo Alexandre Silva Lima e o vogal substituto: Vereador António Gomes.-----

O Vereador Fernando Dias disse que não entendia a proposta, uma vez que o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados é constituído por três pessoas: um presidente de dois vogais. A Presidente disse que se pretende manter os atuais vogais e substituir apenas o Presidente dos Serviços Municipalizados. Sendo assim, o Vereador

Fernando Dias questionou o sentido do Vereador Hugo Rosa ser nomeado vogal substituto para assumir funções nos casos de impedimento da Presidente. Referiu que não é normal que um vogal substituto assuma a Presidência nos Serviços Municipalizados nas ausências da Presidente, porque segundo o mesmo, para assumir essas funções já deveria integrar o Conselho de Administração como vogal e não ser substituto. O Vereador Fernando Dias realçou que o Vereador Hugo Rosa só vai às reuniões nos Serviços Municipalizados quando a Presidente não está.-----

A Presidente referiu que entende a questão levantada pelo Vereador Fernando Dias e que não podia dizer que não concorda. O Vereador Fernando Dias questionou a Presidente se concorda porque é que não fez a proposta de outra forma. A Presidente ressaltou que concorda com a posição do Vereador Fernando Dias mas o que tem vindo a acontecer é a indicação de uma pessoa para substituir o presidente por parte da Câmara. O Vereador Fernando Dias referiu que a situação podia ficar resolvida se o Vereador Hugo Rosa fizesse parte do Conselho de Administração e não ser vogal substituto. A Presidente acrescentou que a situação deverá ficar resolvida dentro de um mês. O Vereador Fernando Dias disse que se a proposta fosse efetuada de acordo com a nova legislação a questão não se colocava. A Presidente frisou que se trata de uma situação que vai vigorar durante um mês e que ficará sanada quando for aplicado o que está na legislação em que os elementos da administração terão que ser todos do elenco camarário. O Vereador Fernando Dias lamentou que a alteração não tivesse ocorrido de acordo com a nova legislação. A Presidente disse que não podia avançar com uma proposta nesse sentido sem falar primeiro com os restantes elementos do executivo camarário.-----

Nomeação do Presidente do Conselho de Administração da Teramb EEM

Ent. 1680 - Proposta da Presidente da Câmara Municipal, datada de 14 de novembro para nomeação do Presidente do Conselho de Administração da Teramb EEM, para deliberação do órgão executivo. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 2 votos a favor da Presidente e do Vereador do PS (Partido Socialista) António Gomes e 5 abstenções dos Vereadores do PSD (Partido Social Democrata), do Vereador do CDS-PP (Centro Democrático Social/Partido Popular) e do Vereador do PS (Partido**

Socialista) Hugo Rosa, deliberou nomear o Vereador Hugo Louro da Rosa para Presidente do Conselho de Administração da Teramb EEM.-----

A presente proposta em nada implicará com a anterior nomeação para o mesmo Conselho de Administração, mantendo-se por isso, em funções os atuais vogais.--

DELIBERAÇÕES AUTORIZAÇÕES E LICENCIAMENTOS

Suspensão/condicionamento de Trânsito

Ent. 5991 – Pedido efetuado pela **Associação de Atletismo da Ilha Terceira**, com vista à suspensão de trânsito desde a Associação Cristã da Mocidade, no Terreiro, Canada do Rolo, Canada dos Álamos, Canada de Belém até à igreja e Caminho de Belém até à sede da Associação, freguesia da Terra Chã, no dia 11 de novembro de 2012, das 15:30 às 17:30 horas, destinada à realização do Grande Prémio da ACM, para ratificação do ato praticado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, em conformidade com o n.º 3, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5 A/2022, de 11 de janeiro.-----

O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Polícia de Segurança Pública, bem como do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, ratificou o ato administrativo praticado pela Presidente da Edilidade.-----**

Ent. 5999 – Pedido efetuado pela **Associação de Atletismo da Ilha Terceira**, com vista à suspensão de trânsito no percurso entre o Alto das Covas (freguesia da Sé) e o Reguinho, junto à sede da AJITER, freguesia de São Bento, no dia 17 de novembro de 2012, das 15:30 às 17:30 horas, destinada à realização da Corrida da Igualdade - AJITER, para ratificação do ato praticado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, em conformidade com o n.º 3, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5 A/2022, de 11 de janeiro.-----

O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Polícia de Segurança Pública, bem como do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e

Gestão do Território. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, ratificou o ato administrativo praticado pela Presidente da Edilidade.**-----

DELIBERAÇÕES OPERAÇÕES URBANÍSTICAS

Pedido de Isenção de pagamento de taxas

Pº 01/2008/335 - Requerimento datado de 16 de Outubro do corrente ano, de **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo**, com sede na Praça Dr. Sousa Júnior, freguesia de Conceição, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 2, artigo 5º, do Regulamento Municipal de Taxas, a isenção do pagamento, no todo ou em parte, da taxa de 3. 648,83€ (três mil seiscentos e quarenta e oito euros e oitenta e três cêntimos), devida pela emissão do alvará de utilização, referente às obras de ampliação do edifício sede, sito no lugar acima mencionado. Encontra-se munido de pareceres do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou isentar as devidas taxas na sua totalidade.**-----

A Presidente referiu que a isenção de taxas costuma ser de 50 por cento mas que era preciso ter em conta que a Câmara Municipal atribuiu anualmente apoios à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo, por isso seria de considerar a isenção total das taxas porque caso contrário seria, de certa forma, uma devolução à Câmara de uma parte do apoio que foi concedido. Realçou também a relevância dos serviços prestados pelos Bombeiros. O Vereador Alonso Miguel questionou se depois haverá um encontro de contas entre ambas as partes. A Presidente respondeu negativamente. O Vereador Anselmo Barcelos referiu que a obra foi executada pelo Governo Regional. A Presidente realçou que a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo é que tem que pagar as taxas.-----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Pedidos de apoio

Ent. 2203 - Proposta da Presidente da Câmara Municipal, de 6 de novembro de 2012, para a atribuição de apoio em espécie à Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente, tendo em vista a execução de obras de requalificação do antigo edifício escolar de Vale de Linhares, na Freguesia de São Bento, bem como propondo a alteração da cláusula 4.^a do contrato de comodato referente à cedência da mesma escola. Para deliberação do órgão executivo municipal, nos termos artigo 64.º n.º 4, alíneas a) e b) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou atribuir um apoio em espécie no valor de € 7. 072,30, tendo em vista a execução das obras de requalificação no citado edifício municipal.**-----

A Presidente disse que o contrato de cedência das instalações assinado entre a referida associação e a Câmara Municipal determina que as obras sejam efetuadas com os recursos de quem ocupou os espaços. No entanto, a Presidente referiu que a Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente é uma entidade que presta um serviço de enorme valor e que não tem qualquer forma de fazer as obras se não tiver o apoio da autarquia. Acrescentou que devido ao facto do edifício já não ser utilizado há muito tempo existem problemas de infiltrações em quase toda a sua estrutura. Disse, ainda, que o espaço vai ser ocupado por crianças que não se manifestam se têm frio ou calor e que compete às entidades competentes acautelar essas situações. O Vereador Fernando Dias referiu que o Partido Social Democrata (PSD) concorda com a atribuição da totalidade do valor proposto, mas chamou à atenção para o facto do saldo disponível para essa rubrica ser de um montante inferior. A Presidente esclareceu que após a cabimentação é que se verifica o saldo referido pelo Vereador Fernando Dias.-----

Ent. 4418 – Carta de Jorge Rodrigues, solicitando a aquisição por parte da Câmara Municipal de um espaço publicitário a incluir nas plaquetas do curso de Mestrado Integrado em Medicina da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, bem como um donativo, ambos destinados à Queima das Fitas 2013. Para decisão no que respeita ao donativo. Vem acompanhado de informação da Coordenadora da UGESI,

dando conta de que o pedido em causa não tem enquadramento no Regulamento Municipal de Apoio a Atividades de Interesse Municipal, visto tratar-se de um evento e de uma associação fora do Concelho de Angra do Heroísmo. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, concordou com o indeferimento deste pedido.**-----

A Presidente informou que tendo em conta a natureza do pedido a sua proposta é no sentido de que o mesmo fosse indeferido.-----

Revogação de atribuição de apoio

Ent. 1220 – Novamente presente a proposta datada de 6 do corrente, da Presidente da Câmara, no sentido de ser atribuído um apoio financeiro às entidades e organismos constantes dos Anexos I, II e III que faz parte integrante da presente proposta. Para revogação da atribuição do apoio concedido à IV Bienal de Cardiologia da Terceira – Serviço de Cardiologia do Hospital de Santo Espírito, em virtude de esta iniciativa já ter sido apoiada no valor de €800,00 por deliberação camarária de 11 de setembro de 2012. **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou revogar a deliberação em causa.**-

A Presidente referiu que, aparentemente, foram concedidos dois apoios para a mesma ação e que a proposta em causa é que seja revogada a atribuição de um dos apoios.----

Licenciamento de jogos lícitos no estabelecimento “Pastelaria Memória”

Ent. 5612 - Ofício n.º SAI-VPGR/2012/5533, da Vice-Presidência do Governo Regional, respeitante ao licenciamento de jogos lícitos no estabelecimento "Pastelaria Memória", sito na Rua Beato João Baptista Machado, n.º 33 B, freguesia da Conceição, pertencente a Carlos Edmundo Lima Vicente, para emissão de parecer do órgão executivo municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 4º da Portaria n.º 71/2007, de 24 de Outubro, conjugado com o n.º 1 do art.º 1º da Lei n.º 2/87, de 8 de Janeiro, designadamente no que se refere à proximidade de estabelecimentos de ensino.-----
Encontra-se munido de pareceres técnicos do Arquiteto e do Chefe de Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou emitir parecer favorável quanto ao assunto em causa.**-----

Cancelamento de licenças de aluguer de táxi

Ent. 3782 - Proposta de protocolo entre o Município de Angra do Heroísmo e a Associação de Profissionais de Automóveis Ligeiros da Ilha Terceira (APALIT), com vista ao cancelamento de três licenças de aluguer de veículos ligeiros de passageiros (táxis), tituladas por António Vitória da Rocha Lopes, Dulcério Melo de Borba, Arsénio Mendes Dias, respetivamente com os n.ºs 018, 029 e 125. nos termos do artigo 64.º, n.º 4, alínea b) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, concordou com esta proposta de protocolo no sentido de se pagar a primeira tranche do protocolo de extinção das citadas licenças no valor de €37. 500,00.**-----

A Presidente esclareceu que os processos são anteriores à tarifação dos minibus, por isso tiveram seguimento e que no futuro essa situação não se irá colocar.-----

Proposta de alteração ao Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo

Ent.1683 - Proposta da Presidente da Câmara Municipal, datada de 17 de outubro corrente, tendo por objeto uma alteração ao Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo. Para deliberação do órgão executivo municipal no sentido de esta proposta ser remetida à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 64.º n.º 6 alínea a) e 53.º n.º 2 alínea a) ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, concordou com esta proposta e deliberou submeter a mesma à aprovação da Assembleia Municipal nos citados termos.**-----

A Presidente esclareceu que a alteração ao regulamento tem como finalidade a sua adequação às novas máquinas de pagamento bem como às novas modalidades de pagamento. Adiantou que com o novo sistema deixa de ser necessária a afixação dos selos de residente nas viaturas porque a verificação passa a ser efetuada de forma eletrónica através de um PDA (Personal Digital Assistant) e que passa também a haver alterações em relação ao pagamento das multas. -----

O Vereador Fernando Dias questionou a Presidente sobre o previsto no artigo 6º, número 3 do regulamento que prevê as isenções de pagamento para os eleitos locais que exerçam funções que justifiquem a sua concessão. Colocou a questão se no caso dos membros da Assembleia Municipal a isenção se aplica apenas ao dia em que há sessões. A Presidente respondeu afirmativamente acrescentando que no caso dos membros da Câmara a isenção é para a totalidade do ano. O Vereador Fernando Dias perguntou se a atribuição é objeto de uma deliberação. A Presidente confirmou que haverá uma deliberação nesse sentido. -----

A Presidente e os Vereadores trocaram impressões sobre a forma como será controlado o estacionamento tarifado. -----

O Vereador Fernando Dias questionou a Presidente sobre quem irá fiscalizar o estacionamento tarifado, uma vez que numa anterior reunião da Câmara tinha sido dito que ia ser elaborada uma proposta nesse sentido. A Presidente disse que essa questão irá constar na proposta de orgânica da Câmara, uma vez que serão elementos do Município que vão assegurar a fiscalização do estacionamento tarifado, passando as infrações a serem sancionadas de acordo com o regulamento e não com o Código de Estrada, como acontece atualmente com a fiscalização da PSP (Polícia de Segurança Pública).-----

O Vereador Alonso Miguel referiu que o regulamento anterior do estacionamento tarifário tinha o artigo 4º revogado pelo Regulamento Municipal de Taxas e que no novo regulamento faz referências como esse artigo não tivesse sido revogado. A Presidente referiu que tal aconteceu, certamente, por ter havido um lapso e que essa situação seria alterada. -----

Empreitada de Construção da Nova Escola do Ensino Básico da Ribeirinha

Ent. 4290 – Ofício datado de 7 de agosto de 2012, da Construções Meneses & McFaden, Lda., solicitando a vistoria para efeitos de receção provisória da obra de construção da Nova Escola do Ensino Básico da Ribeirinha, nos termos do artigo 394.º do CCT. Vem acompanhado de informação do Chefe de Divisão da Unidade de Investimentos, dando conta que não se encontram reunidas as condições para a

realização da vistoria, em virtude de não ter sido concluída a obra. Para decisão do órgão executivo municipal. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, concordou com o indeferimento da recepção provisória da obra em causa, nos termos da informação supramencionada, devendo ser agendada nova vistoria para quando a obra estiver concluída.**-----

Voto de Pesar

Ent.1684 - Proposta da Senhora Presidente da Câmara Municipal propondo que seja aprovado um voto de pesar pelo falecimento de Francisco Ernesto de Oliveira Martins, enaltecendo as suas qualidades enquanto investigador e colecionador de arte. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou este Voto de Pesar.**-----

Relatório de Contas – Tauromaquia Sanjoaninas

Ent. 6076 – Relatório de Contas da Tertúlia Tauromáquica Terceirense, relativo à Tauromaquia Sanjoaninas 2012, para conhecimento do órgão executivo municipal. – **A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

Período da Pré Ordem do Dia

O Vereador Anselmo Barcelos apresentou uma questão sobre se a empreitada de reabilitação das calçadas está ou não parada. Referiu que há cerca de um mês esteve uma máquina parada no cimo da Ladeira de São Francisco durante oito dias e que os trabalhos que estavam previstos não chegaram a iniciar-se. Adiantou que há cerca de um mês efetuou uma visita a algumas ruas onde já decorreram os trabalhos de reabilitação das calçadas e que lhe foi garantido pelos técnicos da Câmara que na Rua da Rocha se ia resolver o problema da calçada que estava revirada, mas até hoje não tinha havido qualquer intervenção nesse sentido. Questionou se esses técnicos trabalham para a empresa que está a realizar a empreitada ou para a Autarquia. O Vereador Anselmo Barcelos disse, ainda, que está em causa o dinheiro que a Câmara está a pagar para que os trabalhos sejam executados. Afirmou que foi enganado, tal como os restantes vereadores e a Presidente, uma vez que, ao contrário do que foi afirmado, os trabalhos de correção da calçada da Rua da Rocha não foram concretizados.-----

A Presidente disse que não se sente minimamente enganada pelos técnicos da Câmara, até porque confia neles, uma vez que trabalha com os mesmos todos os dias. Adiantou que, muitas vezes, esse tipo de situações acaba por evoluir de uma forma diferente do esperado e as pessoas acabam por mentir sem ser por vontade própria. A Presidente prometeu que ia inteirar-se da situação referente à calçada da Rua da Rocha e apurar os motivos porque as correções não foram efetuadas o que se ficou a dever ao atraso na concretização das mesmas. -----

No que se refere à Ladeira de São Francisco e à Rua do Marquês, a Presidente referiu que, ao contrário de algumas questões que foram levantadas, o trânsito na Ladeira de São Francisco foi interrompido na sequência de uma solicitação por escrito da empresa que tem a empreitada a seu cargo para que os trabalhos tivessem início. Referiu que, após o encerramento da via, a empresa colocou no local uma máquina mas não começou a obra. Passada uma semana sobre o encerramento do trânsito na Ladeira de São Francisco, a Presidente contactou a empresa e os vereadores António Ventura e Artur Lima para comunicar que ia mandar retirar a máquina e reabrir a circulação do trânsito. Lembrou que assumiu esse risco na semana em que se realizaram as eleições regionais, por isso assegurou que não houve ponderação sobre as consequências que nesse âmbito podiam surgir. A Presidente disse que arcou com o risco de abrir a via uma semana após ter permitido o seu encerramento tendo em conta a importância que a mesma tem para a circulação do trânsito na cidade e porque, da parte da empresa, não foram dadas garantias que a obra avançava com brevidade. Acrescentou que a empresa tinha solicitado que fosse aberta apenas meia faixa da Ladeira de São Francisco, o que não foi aceite pela Câmara Municipal.-----

Quanto à situação da Rua do Marquês, a Presidente informou que parte da via já foi reabilitada e aberta ao trânsito mas, uma vez que a empresa atravessa sérias dificuldades, os trabalhos que faltam realizar estão a ser executados a um ritmo muito lento. Manifestou a convicção que se trata de uma situação que será resolvida em breve e que nos dias seguintes deveria haver mais novidades sobre o assunto. -----

Tendo em conta essa situação, o Vereador Anselmo Barcelos deu os parabéns à Presidente pela decisão, pois considerou que foi bom não se ter avançado na Ladeira de

São Francisco porque se corria o risco da mesma ficar nem aberta nem fechada com apenas meia faixa.-----

A Presidente reafirmou que foi bom não ter aceite o pedido do empreiteiro para se abrir apenas meia faixa porque corria-se o risco de metade da calçada ser levantada e depois ter-se que abrir a Ladeira de São Francisco numa situação em que a circulação seria limitada. A Presidente realçou o facto de todas as forças políticas representadas na Câmara terem sido da opinião que a Ladeira de São Francisco deveria ser reaberta ao trânsito.-----

Após agradecimento à Junta de Freguesia da Terra-Chã por ter recebido os vereadores para a reunião pública da Câmara Municipal, o Vereador Fernando Dias questionou sobre o ponto da situação dos pareceres relativos aos pagamentos no âmbito da dívida da Associação Cultural Angrense que foram pedidos pelo Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP). A Presidente respondeu que os pareceres já foram solicitados ao gabinete jurídico. -----

O Vereador Fernando Dias perguntou quando é que a Presidente pretendia trazer o assunto à reunião de Câmara. A Presidente disse que o parecer já existe e que vai no sentido de que a decisão mais sensata é a suspensão dos pagamentos mas que alerta também para que possa existir uma situação de incumprimento no que se refere ao contrato-programa com a Associação Cultural Angrense. O Vereador Fernando Dias perguntou se esse parecer já tinha sido entregue aos vereadores. A Presidente assentiu, dando conta que tal aconteceu na última reunião da Câmara. O Vereador Fernando Dias disse que apenas tinha na sua posse a resposta da Câmara ao Tribunal de Contas. A Presidente adiantou que tinha a ideia que nessa documentação constava também o parecer jurídico solicitado pela Câmara, mas caso isso não tenha acontecido foi por falha sua e que ia verificar se o mesmo foi ou não entregue por se tratar de um documento remetido por correio eletrónico.-----

O Vereador Fernando Dias inquiriu a Presidente sobre o facto de nem todas as atas já aprovadas em reunião de Câmara estarem disponíveis no portal do Município, uma vez que estão publicadas 20, quando já podiam estar disponibilizadas pelo menos 24.-----

Referindo-se à questão das calçadas, o Vereador Fernando Dias disse que a Presidente tinha informado que o parecer da Direção Regional da Cultura sobre os trabalhos efetuados já tinha chegado à Câmara, por isso solicitou que o mesmo lhe fosse remetido. Questionou, ainda, a Presidente se tinha alguma notícia sobre a requalificação da baía de Angra que se encontra prevista há muito tempo mas não existem indícios de que a obra vai arrancar.-----

A Presidente disse que não tinha mais nenhuma informação em relação ao que já tinha dito antes sobre o assunto e que há cerca de um mês o processo estava na fase de reclamações do concurso.-----

O Vereador Alonso Miguel começou por agradecer à Junta de Freguesia da Terra-Chã por acolher a realização da reunião do órgão executivo para depois dar conta de uma situação relacionada com o sistema de rega da rotunda da Avenida Álvaro Martins Homem, e que se prende com o facto de a água atingir os carros que, se estiverem com o vidro aberto, ficam com o interior molhado. Afirmou que se trata de uma situação relativamente perigosa para quem circula na referida rotunda durante o período em que ocorre a rega.-----

A Presidente disse que ia verificar a situação referida.-----

Período de Intervenção do Público

Após saudação a toda a vereação presente, o Presidente de Junta da Freguesia da Terra-Chã, Rómulo Correia começou por realçar a excelente relação entre os representantes da junta de freguesia e o órgão máximo de concelhia. De seguida, questionou a Presidente sobre as alterações das delegações de competências relativamente às limpezas da área correspondente à freguesia. A Presidente respondeu que as competências serão repartidas pela área a limpar e não pela correspondente a cada freguesia. No que concerne à zona da Quinta da Francesa, o Presidente de Junta de Freguesia questionou se a mesma integra o domínio público ou não e manifestou a sua preocupação no que se refere à manutenção dos espaços verdes da escola. A Presidente referiu que a mesma será incluída na delegação de competências. O

Presidente da Junta de Freguesia solicitou, igualmente, informações sobre o ponto da situação da Rua Domingos Xavier e a manutenção dos chafarizes. A Presidente disse que essa era outra questão que seria acertada entre ambas as partes. O Presidente da Junta de Freguesia da Terra Chã alertou, também, para a necessidade da escola necessitar de equipamento infantil para que as crianças possam utiliza-lo durante os períodos de recreio. Acrescentou que outra das preocupações da Junta de Freguesia é a ligação entre a Boa Hora e a Canada do Tailhinha, obra que tem sido adiada ao longo dos anos. Alertou, igualmente, para a necessidade de serem colocados separadores de trânsito na zona das Veredas e a asfaltagem de diversas canadas da freguesia que, segundo disse, se encontram em péssimas condições. Referiu-se, ainda, à necessidade de haver um parque de estacionamento na zona do Dois Caminhos, bem como, o aumento da capacidade do reservatório de água da Fonte Faneca. Disse, também, que uma das preocupações da Junta da Freguesia é a criação de um lar de idosos e centro de dia que poderá servir mais que uma localidade porque concorda que poderá não ser possível construir uma infraestruturas do género para servir apenas uma freguesia. -----

O Presidente da Junta de Freguesia da Terra Chã deu conta que aquela autarquia é confrontada com muitos pedidos de habitação e apoios sociais e que o desemprego na freguesia é bastante elevado. Alertou para o facto de ser necessário alterar as condições de circulação junto à nova cadeia e para a questão de muitas residências à volta terem perdido a sua privacidade para além dos tanques de combustíveis terem sido colocados na zona de acesso aos edifícios.-----

O Vereador Fernando Dias disse que se aguardava pelas respostas da Câmara Municipal às questões apresentadas pelo Presidente da Junta de Freguesia da Terra Chã.-----

A Presidente referiu que debateu anteriormente com o Presidente da Junta de Freguesia da Terra Chã todas as questões que foram apresentadas. Reportando-se ao mapa de delegação de competências para limpezas das freguesias, disse que a Terra Chã será a mais contemplada. Adiantou que o critério seguido desta vez foi a quantidade das estradas que vão sofrer intervenções de limpezas e não a área total da freguesia, porque há localidades que são muito grandes e não têm área para limpar e outras muito mais pequenas em que se verifica o contrário. O critério para a atribuição dos apoios passou a estar assente no número de quilómetros de via a limpar em cada uma das

freguesias, embora tenha sido definido um custo base para cada freguesia. Disse que no caso da Terra Chã estão previstos 18 mil euros de apoios para as limpezas no próximo ano, o que corresponde ao valor mais elevado atribuído às freguesias.-----

O Presidente da Junta de Freguesia da Terra Chã referiu que os apoios estão calculados para as estradas, mas que é preciso ter em conta que há zonas verdes com áreas maiores que precisam também ser limpas.-----

A Presidente afirmou que nos cálculos da Terra Chã foi também incluído o bairro, por isso a freguesia será a que irá receber mais para as limpezas. O Presidente da Junta de Freguesia da Terra Chã referiu que se não tivesse que contar com as zonas verdes até ficava satisfeito com o valor que será atribuído pela Câmara. A Presidente afirmou que na totalidade, a Terra Chã será uma das freguesias que mais apoio terá na delegação de competências, estando previsto um valor aproximado de 50 mil euros. O Presidente da Junta de Freguesia da Terra Chã questionou se nesse montante estavam incluídas as habitações sociais. A Presidente disse que não, tendo em conta que esse tipo de apoios foi incluído num único pacote, uma vez que as juntas de freguesia não estavam a assegurar a manutenção das habitações. O Presidente da Junta de Freguesia da Terra Chã disse que a verba atribuída era aplicada na limpeza do bairro e que agora irá contar com menos apoios do que eram concedidos anteriormente. A Presidente reafirmou que na globalidade a Junta de Freguesia da Terra Chã vai ter um aumento significativo nos apoios da delegação de competências. -----

No que se refere às pinturas, a Presidente admitiu que existe um atraso mas que a situação seria resolvida até ao final do ano. Quanto ao reservatório de água da Fonte Faneca, disse que a intenção dos Serviços Municipalizados é construir um novo no próximo ano.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia da Terra Chã, Jorge Ávila destacou o bom relacionamento que se tem verificado entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal e que o mesmo acontece na Assembleia de Freguesia onde a força política que está no poder executivo não detém a maioria. Recordou que foi muito difícil formar a Junta de Freguesia da Terra Chã e que teve a ingrata tarefa de dirigir assembleias de freguesia que tinham tudo para correr mal, mas que desde que foi constituído o executivo, os

elementos da oposição têm feito o seu trabalho dizendo o que têm a dizer sem complicar o que não é de complicar, o que segundo disse, nem sempre se verifica noutras situações. O Presidente da Assembleia de Freguesia deu conta que a Terra Chã não tem um recinto desportivo coberto e, tendo em conta a importância social desse tipo de infraestrutura para a população, questionou quais eram as reais intenções da Câmara Municipal nesse aspeto. De seguida, perguntou qual o acompanhamento que a Câmara Municipal está a efetuar em relação ao novo estabelecimento prisional que está em construção na freguesia. Referindo-se, às Sanjoaninas, o Presidente da Assembleia de Freguesia deu conta que tem ouvido dizer que as Festas da Praia passaram largamente à frente das de Angra. Deu conta que desde 2007 que passa o verão no continente por motivos familiares e que por isso desde essa altura que não assiste às Festas da Praia. No entanto, teve a surpresa de lhe terem falado este ano nas Festas da Praia em Trás-os-Montes e que quando perguntou se essas pessoas conheciam as Sanjoaninas a resposta foi negativa. Disse que o mesmo acontece em algumas comunidades emigrantes na zona de Nova Iorque (Estados Unidos), onde a promoção das Festas da Praia é efetuada com uma eficácia muito maior do que a das Sanjoaninas. Acrescentou que cabe ao Município potenciar as Sanjoaninas e que as formas de divulgação hoje em dia estão bastante mais facilitadas do que há alguns anos atrás.-----

A Presidente felicitou a Junta e a Assembleia de Freguesia por terem um bom relacionamento referindo que o mesmo acontece na Câmara Municipal onde o relacionamento é ótimo, quer nas reuniões como em termos pessoais, embora as opiniões possam ser divergentes, situação que disse ser normal. Adiantou que em relação ao equipamento desportivo coberto não seria fácil, a onze meses das eleições, dar “um pontapé para a frente” no problema e disse que se trata de uma situação que leva tempo porque se tem de fazer um projeto e que se só se poderia avançar com o novo elenco camarário. Referiu que mesmo que sejam garantidos 85 por cento dos fundos da União Europeia e a Câmara só tenha que assumir 15 por cento do custo da obra, após a conclusão da mesma é preciso suportar os encargos com a água, luz, manutenção e funcionários permanentemente e que o Município de Angra tem vindo a perder verbas nos últimos anos. Perante a atual conjuntura, considerou que não é possível multiplicar infraestruturas pelas 19 freguesias do Concelho. Disse que não se pode pensar em construir 19 pavilhões, 19 centros de dia e outras infraestruturas porque isso seria condenar o Município à morte uma vez que não há capacidade para as manter. Sendo assim, disse que a questão não se coloca na capacidade de construir as

infraestruturas, mas sim em mante-las ao longo do tempo. Referiu que partilha da opinião do Presidente da Junta de Freguesia da Terra Chã de que as infraestruturas devem ser partilhadas por mais que uma freguesia. A Presidente manifestou-se contra a construção de novos pavilhões para além dos que estão em execução e que as infraestruturas existentes devem ser partilhadas, recordando que vão existir novos pavilhões nas freguesias do Posto Santo, Ribeirinha e Santa Bárbara.-----

A Presidente referiu que, em relação ao novo estabelecimento prisional, o último contato que manteve foi com o Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos da Justiça, Fernando Santo, foi logo no início de funções do atual elenco camarário em que este lhe transmitiu que tinha interesse que tudo corresse pela melhor forma mas que depois não houve mais nenhum contato. A Presidente referiu que em contatos que manteve com o Presidente da Junta de Freguesia da Terra Chã foi colocada a hipótese de serem adquiridas três casas na zona mas que tal não será possível por falta de recursos da autarquia, mas que isso poderá ser efetuado pelo Governo Central se assim o entender, de modo a que as pessoas que querem mudar-se para outro local possam ser indemnizadas e resolver a sua situação.-----

Relativamente às Sanjoaninas, a Presidente disse que não lhe parece que tenham sido ultrapassadas pelas Festas da Praia, até porque tem a tendência para “vestir a camisola”. Afirmou que as Sanjoaninas atingiram um determinado patamar, sendo as maiores festas profanas dos Açores e das maiores a nível nacional. Disse, ainda, que há um olhar crítico em relação às Sanjoaninas que muitas vezes é tolerante em relação a outras festas como por exemplo as da Praia. Esclareceu que nos últimos anos as Sanjoaninas têm sido pontualmente promovidas nos Estados Unidos e que as Festas da Praia o fazem todos os anos, mas as críticas caem sempre sobre as festas de Angra porque se ia passear e gastar dinheiro. Tendo em conta a importância do “mercado da saudade”, a Presidente disse que este ano houve um esforço grande para promover as festas e que as passagens foram oferecidas e os alojamentos foram em casas particulares. Acrescentou que em relação às próximas Sanjoaninas existem já pelo menos três grupos organizados dos Estados Unidos e um do Brasil para se deslocarem às festas. Nesse sentido, disse que às vezes é preciso gastar quatro ou cinco mil euros para ter cem ou duzentos mil de retorno. -----

Uma pessoa do público que não se identificou começou por dizer que ia abordar algumas situações que considerou como “ratoeiras” para o trânsito em Angra. Começou pela saída da Rua do Salinas para a Rua da Sé que não tem sinal de STOP, o que considerou tratar-se de uma situação muito perigosa. Fez referência, de seguida, a uma situação em São Mateus onde existe, a seguir à Vila Maria, duas ruas à direita sem sinalização. Referiu, também, que a cidade de Angra do Heroísmo está sinalizada para proibir a entrada de veículos de mercadorias com um sinal errado o que faz com que a polícia possa multar todos os dias os autocarros que circulam na cidade porque indica a proibição a todos veículos com o peso que está afixado no mesmo. Sugeriu que esse sinal fosse substituído por outro que existe e que faz referência à proibição de circulação apenas de veículos de mercadorias. Acrescentou que a Ladeira de São Francisco é “uma ribeira” que provoca danos nos carros e que não há alternativa de circulação para quem pretende passar pela Rua da Sé.-----

A Presidente disse que a reabilitação da calçada da Ladeira de São Francisco já deveria ter arrancado mas pelas razões que foram referidas durante a presente reunião tal não aconteceu.-----

O senhor João Ventura disse que reside perto da nova cadeia e que em 2009 deu entrada na Câmara de Angra uma exposição da comissão de moradores sobre o assunto que nunca teve resposta. Referiu que as três casas anteriormente referidas estão localizadas numa zona perigosa devido à circulação de veículos pesados e que está a ser construída uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) junto de uma via pública e perto de moradias. No que se refere à sua moradia, disse que vai ficar com mais de 30 janelas das celas individuais “espetadas” para a sua propriedade apesar de ter sido construída uma muralha com sete metros de altura. Sugeriu que a Câmara interceda para que seja colocada uma vedação por cima da muralha como aconteceu na nova Escola de São Sebastião para que as moradias possam ter mais privacidade. Abordou, ainda, a questão da vigilância eletrónica que vai ser colocada por fora das muralhas da cadeia e que também pode pôr em causa a privacidade dos moradores. Finalmente, disse que tendo em conta que essas moradias estão dentro do perímetro de segurança da cadeia, que é de 50 metros, se não haveria a possibilidade da Câmara suspender a taxa de IMI (Imposto Municipal Sobre Imóveis) como compensação. -----

A Presidente reafirmou a disponibilidade de, em conjunto com a Junta de Freguesia da Terra Chã, remeter um ofício à entidade responsável pela nova cadeia de modo a estabelecer uma relação com a mesma, uma vez que a Autarquia não tem competência para intervir na situação das moradias. Sendo assim, referiu que a Câmara pode apenas ajudar a fazer pressão no sentido de sensibilizar o Estado para essas situações. Quanto à questão da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) estar localizada junto à via pública, a Presidente disse que se tudo correr bem esse equipamento será uma mais-valia e que teoricamente não deverá haver maus cheiros. Relativamente ao facto das celas estarem viradas para as moradias, a Presidente disse que a Câmara poderá verificar se tal está de acordo com a lei, mas que não pode tomar a iniciativa de colocar uma vedação porque tal seria ilegal. Por fim, disse que a suspensão ou redução da taxa de IMI (Imposto Municipal Sobre Imóveis) só podem ocorrer mediante determinados parâmetros previstos na lei. No entanto, a Presidente referiu que a situação será avaliada.-----

ENCERRAMENTO

Não havendo outros assuntos a tratar, a Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada.-----

Angra do Heroísmo, 19 de novembro de 2012.

A Presidente da Câmara Municipal,

A colaboradora que lavrou a minuta,
